

**Cultura material e modernidade: A Ilha de Santa Catarina fortificada do século XVIII***Material culture and modernity: The 18th century fortified Santa Catarina Island*Diego Lunardelli<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo principal analisar de que forma as relações sociais se davam nos espaços fortificados presentes na Ilha de Santa Catarina no século XVIII. Trazendo discussões pertinentes aos saberes arqueológicos, a cultura material nos ajudará a compreender o ordenamento social nesses espaços. Pensando a rigidez da hierarquia social vigente, analisar os mecanismos que regulavam as relações de poder naqueles espaços se torna imprescindível para propor uma discussão bibliográfica que busque contextualizar o processo de construção destas fortificações, levando à identificação de vicissitudes do cotidiano daqueles e daquelas ali viveram.

**Palavras-chave:** arqueologia histórica; fortificações; relações de poder; modernidade;

**Abstract:** This article has as main objective to analyze in what way the social relations took place in the fortified spaces present in the Island of Santa Catarina in the XVIII century. Bringing discussions relevant to archaeological knowledge, material culture will help us to understand the social ordering in these spaces. Considering the rigidity of the current social hierarchy, analyzing the mechanisms that regulate the power relations in those spaces becomes essential to propose a bibliographical discussion that seeks to contextualize the process of construction of these fortifications, leading to the identification of vicissitudes of the daily life of those and those lived there.

**Keywords:** historical archeology; fortifications; Power relations; modernity;

**Introdução**

“Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens.”  
Karl Marx

Este artigo busca construir uma narrativa visando apresentar elementos que contribuam para uma análise das relações sociais nos espaços fortificados na Ilha de Santa Catarina durante o século XVIII expondo aspectos que vão além dos comumente utilizados, trazendo um arcabouço teórico ligado à idealização do que seriam os valores edificantes da modernidade. Para tanto, o acesso à cultura material através da arqueologia histórica é fundamental.

Mediante debate historiográfico, vamos primeiramente realizar em “O processo de fortificação”, uma contextualização do processo de fortificação da Ilha de Santa Catarina na primeira metade do século XVIII. Nesse momento serão levantadas questões relativas às condicionantes propulsoras desse processo, vinculadas às causas e seus desdobramentos.

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: dihego122@gmail.com



Dessa forma, cabe destacar que a obra *“As fortificações Catarinenses: notas para uma revisão histórica”* de Sara Regina Silveira de Souza contribui imensamente para a contextualização do processo de ocupação territorial no Brasil meridional, além de importante subsídio bibliográfico que trata deste aspecto. É fundamental o espaço dedicado na obra para a análise das principais fortificações<sup>2</sup>, cada qual com sua especificidade. Neste mesmo ponto, podemos destacar o artigo denominado *“A pesquisa arqueológica do sítio histórico São José da Ponta Grossa”* da autora Teresa Domitila Fossari, que ao tratar de uma fortaleza específica, avança em questões que vão além da análise meramente arquitetônica ou fundamentada na cultura material, estendendo-se ao impacto do estabelecimento destes espaços no cotidiano dos homens e mulheres que ali viviam.

Em *“A simbologia do processo”*, vamos analisar os pontos tocantes ao valor simbólico envolvido no decurso da conjuntura descrita anteriormente. Para tanto, serão utilizadas três obras. A primeira se chama *“As fortificações catarinenses no Brasil colonial: introdução ao seu estudo”* da Eliane Veras da Veiga, que nos traz elementos importantes ligados à subjetividade implícita na arquitetura das fortificações, como na forma com que as estruturas físicas contribuíram para o estabelecimento de um complexo sistema de hierarquia militar, observando os respectivos impactos sociais e culturais. A segunda obra, apresentada nesse momento, é intitulada *“Arqueologia das fortificações: perspectivas”* e organizada por Fernanda Codevilla Soares. O foco da análise, nesse ponto, será o capítulo chamado *“Paisagem, território e práticas locais em duas fortificações catarinenses do século XVIII”*, de autoria de Marcos André Torres de Souza e Francesco Palermo Neto. Aqui o objetivo é a busca pelo cotidiano dos homens e mulheres que habitavam e/ou transitavam pelos espaços fortificados. É de extrema importância que façamos o movimento de esforço, buscando os detalhes intrínsecos à rotina dessas pessoas para que possamos identificar quais eram os limites dos seus respectivos modelos de organização social. A terceira contribuição para o debate, nesse ponto, será feita através da inserção do artigo publicado por Mary C. Beaudry, Lauren J. Cook e Stephen A. Mrozowski em 2007, intitulado *“Artefatos e vozes ativas: cultura material como discurso social”*. Deste artigo serão destacadas algumas questões

---

2 A obra traz capítulos distintos para debater as vicissitudes das seguintes fortalezas: Santa Cruz, São José da Ponta Grossa, Santo Antônio e Nossa Senhora da Conceição. Inclusive há em outro momento um espaço específico para análise de outras fortificações com menor relevância, segundo o julgamento da autora.

relativas à semiologia presente nas relações entre objetos e sociedade, como por exemplo, “(...) a importância do contexto na determinação de significados para a cultura material”<sup>3</sup>.

Acentuando a condução dissertativa em “Cultura material e relações de poder”, vamos utilizar o artigo “*Inventário do acervo arqueológico das fortificações*” com autoria de Fernanda Codevilla Soares, Angela Salvador e Angelo Renato Biléssimo, para trazermos ao debate os apontamentos pertinentes aos objetos encontrados nos sítios arqueológicos da Ilha de Santa Catarina. Dessa forma, um conjunto de artefatos produzidos em metal, encontrados nas escavações do Forte de São José da Ponta Grossa, serão alvo de nossa análise em diálogo com obras que reflitam historicamente as transformações econômicas, sociais e culturais pertinentes ao recorte temporal estabelecido. À vista disso, o artigo intitulado “*História do capitalismo: uma visão panorâmica*” do autor Marcelo Weishaupt Proni, apontará objetivamente como se deu o processo de transição da economia feudal para economia capitalista na Europa a partir do medievo, estabelecendo assim uma relação direta entre as transformações ocorridas a partir dos séculos XV e XVI na Europa e seus reflexos no processo de ocupação territorial da Ilha de Santa Catarina a partir do século XVIII. Nesse contexto, a obra “*Pré-Capitalismo e Capitalismo*” de autoria de Sedi Hirano, atrelada a obra “*Caminhos e Fronteiras*” de Sérgio Buarque de Holanda, construirão robusta base teórica para análise do objeto de estudo.

## O processo de fortificação

Na primeira metade do século XVIII a região mais ao sul do império português, o Brasil meridional<sup>4</sup>, era palco de acirradas tensões diplomáticas e militares entre portugueses e espanhóis. A ilha de Santa Catarina era nesse momento, um “(...) ponto de apoio às tropas que demandavam à colônia de Sacramento e porto de reabastecimento, desde o século XVII, dos navios que singravam os mares do Atlântico Sul”<sup>5</sup>. Corroborando com a leitura, Fossari aponta com riqueza de elementos:

Portugal estabelece às margens do Rio da Prata, em 1680, a colônia de Sacramento. Os “paulistas” avançam para o sul em busca de índios e gado,

3 BEAUDRY, Mary C.; COOK, Lauren J.; MROZOWSKY, Stephen A. **Artefatos e vozes ativas**: cultura material como discurso social. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 71-114, 2007.

4 O termo “meridional” é referente a tudo que se localiza geograficamente mais ao sul. Atualmente seria o espaço correspondente aos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

5 SOUZA, Sara Regina Silveira de. **As fortificações catarinenses**: notas para uma revisão histórica. Florianópolis: 1991. p.8.



descobrem as minas de ouro em minas e Mato Grosso. Nesse contexto, a colônia de Sacramento representará um ponto de apoio para o acesso dos portugueses ao gado do sul. Ao mesmo tempo, representará um ponto de apoio para o contrabando com as colônias espanholas<sup>6</sup>.

Portanto, a ocupação militar na Ilha de Santa Catarina era fundamental para que o domínio territorial, continente adentro, fosse possível, inclusive com implicações já mensuradas pela casta diretiva do império ainda no século XVIII<sup>7</sup>. Em 1738 o Brigadeiro José da Silva Paes foi enviado com o objetivo de construir uma fortificação que seria o bastião do império ao sul do continente, estrutura esta, capaz de impedir agressões externas e garantir condições de navegação no atlântico sul. Dessa forma, Silva Paes chega à Ilha de Santa Catarina em 30 de abril de 1739, já apontando nas suas primeiras impressões que a construção de somente uma fortificação não seria suficiente. Devido à geografia do litoral, a demanda pela construção desses espaços se ampliou com o tempo<sup>8</sup>.

Para Silva Paes, um grande contingente populacional era importante não só para a construção das fortificações, mas também para garantir a ocupação daquele território. Segundo evidências apontadas em correspondência do próprio, em 16 de outubro de 1739, havia demasiada escassez de mão de obra: “(...) e sem embargo de eu me não achar em fôrsas competentes tanto pella pouca gente que tenho, pois não chegão a sento e sincoenta pessoas, entre soldados, pedreyros, carpintr, ferreyros, índios e escravos”<sup>9</sup>.

Os registros historiográficos apontam que neste momento a política de imigração portuguesa, advinda do arquipélago dos Açores, estava ainda em fase inicial e demandava muita burocracia. É interessante notar, no trecho da correspondência de Silva Paes, a menção às ocupações profissionais da população local. Os mesmos foram classificados pelo Brigadeiro por ordem de suas ocupações, primeiramente sendo destacado o soldado, depois ocupações de perfil técnico, por fim os indígenas e escravos, gerando certa confusão entre ocupação e etnicidade. É também pertinente mencionar que ao nomear indígenas e escravos separadamente, observa-se que havia ali divisão não só étnica entre indígenas e africanos, mas também jurídica na constituição da própria relação de trabalho.

Quanto à hierarquia militar imposta no processo de administração da estrutura fortificada, podemos destacar que houve três patentes de comando: capitão, tenente e alferes.

---

6 FOSSARI, Teresa Domitila. A Pesquisa Arqueológica do Sítio Histórico São José da Ponta Grossa. In: **Anais do Museu de Antropologia – 1987/1988**. Florianópolis: 1992. p.16.

7 “Para o Marquês de Pombal, a perda da Ilha de Santa Catarina traria como consequência grande dificuldade de se conservar o sul do continente.” (SOUZA, 1991, p.8)

8 SOUZA, 1991, p.10.

9 SILVA PAES *apud* FOSSARI, 1992, p.18.



Segundo Souza, o contingente necessário para operar as primeiras fortificações construídas era de “(...) 150 homens, duas Companhias de Infantaria de 50 homens cada e 50 artilheiros.”<sup>10</sup> Porém havia também diversidade de demandas nesses espaços que fomentava de forma vigorosa a participação não somente de militares da ativa, conforme aponta Fossari:

Sabemos que além das habituais patentes militares, faziam parte do contexto hierárquico dos quartéis e fortes os oficiais reformados, os inválidos, os recrutas voluntários, e aqueles que além de suas patentes, se distinguiram por alguma habilidade ou conhecimento extra, como boticário, ajudante de cirurgia, alfaiate, cozinheiro, músico e lavradores, entre outras<sup>11</sup>.

O fato de haver grande contingente militar fora da ativa ocupando funções nesses espaços, inclusive inválidos, mostra que havia escassez de recursos na Ilha de Santa Catarina e poucas possibilidades de sobrevivência para militares fora das fortificações<sup>12</sup>.

### A simbologia do processo

Através da análise do cotidiano das fortificações, questionamos de que forma a arquitetura e os costumes intrínsecos ao processo de militarização imposto a esses espaços balizou a hierarquia social vigente e norteou, através de aspectos subjetivos, as suas respectivas relações do poder.

Segundo Veiga, a forma impressa na construção das fortificações catarinenses possui um “(...) caráter estético construtivo proveniente de um padrão comum a todo o país e até às fortificações espanholas”<sup>13</sup>. Fazendo uma descrição mais detalhada da fortaleza de Santa Cruz<sup>14</sup> em Anhatomirim, Veiga aponta múltiplas influências na conjunção arquitetônica.

Entre as edificações principais, nos chamam a atenção o majestoso pórtico de acesso com linhas arquitetônicas de singela influência oriental. Faz conjunto com a escadaria em lioz português e as muralhas de planta curva que obedecem ao sistema construtivo habitual em fortificações da época:

10 SOUZA, 1991, p.10.

11 FOSSARI, 1992, p.22.

12 A escassez de recursos estava presente também na atuação dos sacerdotes responsáveis pela assistência espiritual nas fortalezas. Ver também FOSSARI, 1992, p.19-21.

13 VEIGA, Elaine Veras da. **As fortificações catarinenses no Brasil colonial**: introdução ao seu estudo. Florianópolis: 1988. p.5.

14 Segundo Veiga, “(...) a fortaleza de Santa Cruz foi a primeira e talvez a mais importante fortificação construída em Santa Catarina. Seus imponentes edifícios estão distribuídos na pequena ilha de aproximadamente 45.000 metros quadrados, toda contornada por costões, destacando-se uma pequena praia em sua face oeste.” (VEIGA, 1988, p.17)



alvenaria de pedra, sobressaindo-se no paramento a “gola” que corre ao longo da muralha no nível do terrapleno<sup>15</sup>.

Esses dados demonstram que há no padrão estético do processo construtivo das fortalezas forte influência de culturas arquitetônicas que vão muito além das fronteiras pertencentes aos vínculos imperiais de Portugal. A maneira como os padrões se reproduzem nesses distintos locais revela que, por traz dessas estruturas militarizadas, há um projeto político, que possui como parte de seus elementos, a utilização das próprias estruturas físicas como instrumento de opressão, impondo a ordem vigente.

Segundo apontado na pesquisa desenvolvida por Souza e Neto<sup>16</sup>, havia uma lógica bem estabelecida na distribuição dos espaços dentro das áreas fortificadas. A hierarquia militar impunha determinada posição e maior espaço de usufruto individual com base em classificações de importância dentro do espectro de comando administrativo.

A preocupação com o estabelecimento de hierarquias fez também com se definisse uma relação de proporcionalidade entre os diferentes quartéis presentes no forte. (...) os cômodos destinados ao comandante apresentavam-se com mais espaço, maior número de compartimentalização e, muito possivelmente individualização, enquanto àqueles destinados à guarnição eram menos espaçosos, tinham menos compartimentalização e foram usados de forma coletiva<sup>17</sup>.

Juntamente a esses elementos, havia centralidade no posicionamento dos espaços referentes ao uso dos oficiais de alta patente, passando a ideia de controle e vigilância sobre todo o perímetro das áreas fortificadas<sup>18</sup>.

A disciplina imposta nos espaços fortificados não se utilizava somente de símbolos ligados à arquitetura e hierarquização militar. Os castigos físicos eram uma alternativa à indisciplina nas fortificações. Segundo Souza e Neto, “(...) nas fortificações catarinenses havia dois tipos de estrutura de punição: troncos e calabouços”<sup>19</sup>. Os troncos ficavam posicionados em frente à alcova dos oficiais superiores das fortificações, claramente uma demonstração de controle sobre a disciplina do contingente militar. Esses locais também eram

15 *Idem, Ibidem*, p.17.

16 SOUZA, Marcos André Torres de; NETO, Francesco Palermo. Paisagem, território e práticas locais em duas fortificações catarinenses do século XVIII. In: **Arqueologia das fortificações: perspectivas**. Editora Lagoa. Florianópolis, 2015. p.171-208.

17 SOUZA; NETO, 2015, p.192.

18 Ver também FOUCAULT, Michel. O Panóptico. In: **Vigiar e Punir**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Editora Vozes, 1999. p.219-250

19 *Idem, Ibidem*, p.193.



utilizados para a realização de suplícios e demonstrações públicas de autoridade<sup>20</sup>. Os calabouços eram literalmente prisões e muitas vezes representavam o exílio daqueles que se colocavam contra os interesses da Coroa.

Dessa forma, assim como a paisagem e os códigos de conduta, as estruturas materiais passam a interagir de forma mais dinâmica no processo de construção de identidade a partir do momento em que se tornam referências determinantes do processo de socialização humana. Assim sendo, Beaudry, Cook e Mrozowsky apontam que:

(...) os artefatos são encarnações tangíveis das relações sociais, incorporando atitudes e comportamentos do passado. A premissa subjacente [do estudo da cultura material] é de que os objetos feitos ou modificados pelo homem refletem, consciente ou inconscientemente, diretamente ou indiretamente, as crenças dos indivíduos que os fizeram, negociaram, compraram, ou usaram e, por extensão, as crenças da sociedade mais ampla, às quais eles pertenciam<sup>21</sup>.

Nesse caso observamos que o artefato é também monumento<sup>22</sup>, pois foi produzido em um determinado contexto e retém elementos intrínsecos das relações que o cercavam, porém as subjetividades contidas nessas relações estão encobertas pelo discurso social dominante.

Esse período em questão, século XVIII, foi marcado pelo início da expansão do mercado industrial europeu, ou seja, as mercadorias produzidas na Europa estavam presentes nas mais longínquas fronteiras dos impérios coloniais<sup>23</sup>, portanto havia a inserção nesse sistema de diferentes grupos, elementos formadores de hierarquia social<sup>24</sup>. Fica muito claro que a capacidade de análise de um processo histórico, ganha maior amplitude ao se examinar de forma crítica a cultura material produzida pelas sociedades que são objeto de estudo.

## Cultura material e relações de poder

Ao estabelecerem-se aqui, os europeus não colonizaram somente o território, não trouxeram somente suas estruturas de poder, consigo vieram também a base político/filosófica

<sup>20</sup>*Idem, Ibidem*, p.193.

<sup>21</sup> BEAUDRY, COOK e MROZOWSKY, 2007, p.73.

<sup>22</sup> Referência ao conceito “Documento/Monumento” de Jacques Le Goff. Ver também LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. História e memória. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992, p. 535-553.

<sup>23</sup> BEAUDRY, COOK e MROZOWSKY, 2007, p.80.

<sup>24</sup> BEAUDRY, COOK e MROZOWSKY apontam que “(...) em um posto militar altamente estratificado, está longe de ser surpreendente que se encontrem diferenças hierárquicas reforçadas materialmente. A solidariedade entre as categorias era promovida através do uso da cultura material do mesmo modo em que foi usada de forma diferencial entre diferentes hierarquias.” (2007, p.99)



que construiu o que conhecemos hoje como modernidade<sup>25</sup>. No período medieval as sociedades europeias eram divididas em estamentos muito bem delimitados, havia a plebe, o clero e a nobreza. Com a descoberta do novo mundo, parte importante daquelas sociedades enriqueceu com os canais de comércio ultramarinos<sup>26</sup>. Estes eram chamados de burguesia. Alcançando alta lucratividade com o comércio em escala intercontinental, em determinado momento a burguesia passou a concentrar mais recursos que a própria nobreza, interferindo nos estamentos sociais então vigentes. Para se diferenciar da plebe, compravam títulos de nobreza, patrocinavam artistas para promoção pessoal e com a grande oferta de novos produtos, promoveram uma resignificação nos códigos ligados às condições objetivas de sobrevivência e busca pelo reconhecimento perante o outro na sociedade. Essa mudança estava ligada à relação do ser humano com o trabalho, ou seja, com o fruto do seu trabalho: a mercadoria<sup>27</sup>.

Dito isto, Soares, Salvador e Biléssimo, ao tratar dos sítios arqueológicos das fortificações na Ilha de Santa Catarina, apontam de forma bastante enfática que,

(...) o material proveniente dos sítios militares apresentados neste artigo tem o potencial de informar como se deu a inserção da sociedade litorânea catarinense no mundo moderno e no processo de expansão capitalista. Nesse sentido, deve-se destacar que a maioria dos artefatos existentes nessas coleções possui origem estrangeira, especialmente os artigos em louça, vidro

---

25 Segundo Walter Mignolo, com o processo de colonização e posteriormente a formação dos estados nacionais, a cultura europeia, as “Histórias locais” assumiram um papel de universalizar todos os saberes em escala global, tornando subalternos todos os saberes de povos que não compartilhavam de seus métodos científicos, ou seja, povos sem história. O processo de colonização ocorreu de forma abrangente, nas mais diversas gamas da experiência humana. Ver também MIGNOLO, Walter D. A Gnose e o Imaginário Mundial Colonial/Moderno. In: **Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003. P. 23-76.

26 A política econômica que se tornara a esteira deste processo foi chamada de mercantilismo. Pensando o seu impacto direto sobre as colônias portuguesas na América, Sedi Hirano aponta que a partir do século XVIII há o contato dialógico no campo político/econômico entre elementos das sociedades feudais e pré-capitalistas. Dessa forma o autor destaca que o capital proveniente destas relações “(...) se acumula de uma forma não capitalista, redefine a produção feudal, alterando-lhe as bases, transbordando o seu raio de ação, e dando uma nova amplitude à produção, vale dizer modificando sua escala.” HIRANO, Sedi. Formação colonial brasileira: castas, estamentos e classes. In: **Pré-capitalismo e capitalismo**. Editora Hucitec, São Paulo. 1988. p.169.

27 “(...) uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana.” (MARX, 2013, p.205-206)

Marx aponta que em determinado momento de nossa História, a mercadoria passou ter simbologia que iria além de sua condição material de satisfazer demandas humanas e passou a atribuir ao seu donatário características e virtudes a ela diretamente atreladas, esse processo seria chamado de fetichismo da mercadoria. Ver também MARX, KARL. Capítulo 1: Mercadoria, preço e lucro. In: **O Capital: crítica da economia política**. Editora Boitempo. São Paulo: 2013, p.157-218.



e metal; o que representa as interações entre os grupos sociais que viviam nas fortificações e o mundo moderno em expansão<sup>28</sup>.

Observando essa perspectiva é possível buscar através da análise de uma série de objetos com tipologia semelhante, uma alternativa à comum categorização hierárquica da paisagem em torno da organização social. Obviamente que esta representa, de forma muito objetiva, as estruturas do ordenamento social não só nesses espaços, porém, é preciso reforçar que é entre as linhas mais tênues que surgem as reflexões mais profundas.

Na Figura 1 vamos analisar um botão encontrado na Forte de São José da Ponta Grossa:

Figura 1 - Botão confeccionado em metal



Fonte: Acervo MARque/UFSC

Parte de indumentária militar, conseguimos observar as seguintes inscrições na sua superfície: T. W & W Paris. Segundo Santos, em artigo publicado na Revista da Armada,

“(...) várias casas francesas forneciam a Marinha Real e o Exército português pelo menos desde o final de 1830. Destacava-se tanto pela quantidade como pela qualidade dos seus produtos “burnidos” à mão, a Casa “TW & W Paris”, grande fabricante mundial e ativa desde 1844”<sup>29</sup>.

Nesse mesmo estudo, o autor aponta que havia em alguns modelos, diferenciações que se expressavam através dos símbolos impressos nos objetos e que estes teriam a finalidade de

28 SOARES, Fernanda Codevilla; Angela Salvador; Biléssimo, Angelo Renato. **Inventário do acervo arqueológico das fortificações**. Revista Tecnologia e Ambiente. Criciúma, v. 19, n. 1, p.34. 2013.

29 SANTOS, Paulo. **O Famoso “Botão de Âncora” da Marinha Portuguesa**. Revista da Armada. Lisboa, nº458, ano XLI, dez/2011. p.24.

identificar patentes da hierarquia militar<sup>30</sup>, ou seja, uma forma de construir as relações de poder através da posse de determinados objetos.

Figura 2 - Fivela confeccionada em metal



Fonte: Acervo MARquE/UFSC

Figura 3 - Fivela confeccionada em metal



Fonte: Acervo MARquE/UFSC

Os objetos apresentados nas Figuras 2 e 3 são apetrechos também de indumentária, porém de muito difícil identificação pela ausência de marcas e símbolos na sua estrutura. Peças como essas eram fabricadas para utilização em cintos, botas, sapatos, etc. É interessante tocar no tema, pois Sergio Buarque de Holanda traz em sua obra “*Caminhos e Fronteiras*”, grande contribuição ao nosso debate. Segundo os estudos apontados pelo autor, nas sociedades amalgamadas ao império português, o calçado era um artigo de extremo prestígio, atribuindo ao seu portador status social de grande importância.

“Houve quem dissesse que no Brasil os sapatos foram o verdadeiro distintivo da liberdade e em Angola, segundo relatava Silva Correia em fins do século XVIII, chamavam “brancos” aos negros que pelo trato e distinção, estiverem em condições de usá-los. Ainda quando não constituíssem, em todos os casos, privilégio de homens livres, indicariam, de qualquer modo, certa dignidade e ascendência”<sup>31</sup>.

A relação entre a constatação de Holanda e a reflexão que estamos fazendo sobre os objetos encontrados no Forte de São José da Ponta Grossa não é direta, porém corrobora com a tese de que os objetos de uso cotidiano influenciavam também na construção das relações sociais no Brasil Colonial.

Há uma diferenciação, em várias dimensões, entre os objetos. Tipologias, tamanhos, formatos e símbolos distintos indicam uma possível hierarquização na utilização desses

30 *Idem, Ibidem*, p.25.

31 HOLANDA, Sérgio Buarque. Veredas de pé posto. In: **Caminhos e Fronteiras**. Companhia das Letras, 3ª ed. São Paulo, 2008. p.27.

objetos, do oficial de mais alto escalão até o soldado na mais baixa camada hierárquica. Dessa forma, podemos refletir sobre como o elo entre cultura material e hierarquia social, estabelecem relações de poder nos espaços tomados pela modernidade. Trazidos pelo colonizador para o novo mundo, objetos como esses são parte de uma complexa junção de elementos, entre eles, o seu papel de significação e ressignificação identitária, acumulação e suas respectivas implicações sociais, econômicas e culturais.

### **Considerações finais**

Neste artigo constatamos que o processo de fortificação da Ilha de Santa Catarina se deu em meio a uma conjuntura de tensões e disputas territoriais entre portugueses e espanhóis. Observamos que a paisagem fortificada impunha a quem ali vivia uma disciplina hierárquica que balizava as relações de poder naqueles espaços, também os compreendendo como zona de trânsito de diferentes atores sociais. Dessa forma, podemos afirmar que o império português traz com esse processo a efetivação de um sistema de códigos e símbolos que constroem, direta e indiretamente, um discurso de legitimação dos modos de vida europeizados.

Por muito tempo a Arqueologia apresentou características positivistas, se apegando ao empirismo lógico e deixando de lado a semiologia dos processos ao qual o seu material de pesquisa estava intimamente ligado. No processo de construção argumentativa, observamos que é possível, através de uma abordagem adequada, decifrar os símbolos que correspondem à interação entre o “eu” e o “outro”, fazendo com que se evidencie uma diferença social nas respectivas realidades objetivas. Essa análise só é possível atrelando uma dimensão interdisciplinar ao arcabouço teórico, destacando o papel da História, Arqueologia, Sociologia, Semiótica e Antropologia.

A reflexão que propomos diante da análise dos objetos dialoga com a necessidade de buscarmos mais elementos que corroborem com essas perspectivas, ou seja, avançar para além do domínio político e militar da paisagem fortificada e das representações pertinentes ao estilo de vida cotidiano daqueles europeus que para cá vieram. Enfim, buscar a construção uma História que nos auxilie no entendimento da nossa própria realidade.

### **Referências**



BEAUDRY, Mary C.; COOK, Lauren J.; MROZOWSKY, Stephen A. **Artefatos e vozes ativas**: cultura material como discurso social. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 71-114, 2007.

FOSSARI, Teresa Domitila. A Pesquisa Arqueológica do Sítio Histórico São José da Ponta Grossa. In: **Anais do Museu de Antropologia – 1987/1988**. Florianópolis: 1992.p.5-103.

FOUCAULT, Michel. O Panóptico. In: **Vigiar e Punir**. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis, Editora Vozes, 1999. p.219-250.

HIRANO, Sedi. Formação colonial brasileira: castas, estamentos e classes. In: **Pré-capitalismo e capitalismo**. Editora Hucitec, São Paulo. 1988. p.169 - 266.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Veredas de pé posto. In: **Caminhos e Fronteiras**. Companhia das Letras, 3ª ed. São Paulo, 2008. p.18-35.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. História e memória. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992, p. 535-553.

MARX, KARL. Capítulo 1: Mercadoria, preço e lucro. In: **O Capital**: crítica da economia política. Editora Boitempo. São Paulo: 2013. p.157-218.

MIGNOLO, Walter D. A Gnose e o Imaginário do Sistema Mundial Colonial/Moderno. In: **Histórias locais/Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003. P. 23-76.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **História do capitalismo**: uma visão panorâmica. Cadernos do Cesit. Campinas, n. 25, 1997.

SANTOS, Paulo. **O Famoso “Botão de Âncora” da Marinha Portuguesa**. Revista da Armada. Lisboa, nº458, ano XLI, dez/2011. p.24-25.

SOARES, Fernanda Codevilla; Angela Salvador; Biléssimo, Angelo Renato. **Inventário do acervo arqueológico das fortificações**. Revista Tecnologia e Ambiente. Criciúma, v. 19, n. 1, p.17-38. 2013.

SOUZA, Marcos André Torres de; NETO, Francesco Palermo. Paisagem, território e práticas locais em duas fortificações catarinenses do século XVIII. In: **Arqueologia das fortificações**: perspectivas. Editora Lagoa. Florianópolis, 2015.p.171-208.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. **As fortificações catarinenses**: notas para uma revisão histórica. Florianópolis: 1991. 76p.

VEIGA, Elaine Veras da. **As fortificações catarinenses no Brasil colonial**: introdução ao seu estudo. Florianópolis: 1988. 51p.



Recebido em 05 de novembro de 2018.

Aceito para publicação em 15 de agosto de 2019.

